

AS FORMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O modelo de desenvolvimento econômico dos países escandinavos – o caso da noruega da década de 30 a meados dos anos 80

FORMS OF INCOME DISTRIBUTION IN THE INTERNATIONAL SCENARIO

The economic development model of the Scandinavian countries - The case of Norway from the 30s to the mid-80

MARINA SALOMÃO DE FREITAS ASSUNÇÃO DE CARVALHO¹

Resumo: A partir da teoria Neoliberal das Relações Internacionais que mostra o impacto das ocorrências econômicas externas no âmbito doméstico, torna-se visível que os países não estão isolados e sofrem impactos advindos de crises econômicas externas. Portanto, é necessário que haja a elaboração de políticas nacionais flexíveis para acompanhar as mudanças decorrentes das possíveis variações exteriores, com o intuito de perseguir, mesmo em meio às instabilidades, o desenvolvimento econômico. O caminho para o desenvolvimento necessita ser traçado levando-se em consideração as peculiaridades histórico-econômicas de cada país - é o caso desse estudo, o qual indica quanto uma economia e sociedade apoiada pela política de bem-estar social se faz frente a este contexto internacional, valorizando o seu contexto interno. No entanto, é indiscutível que o planejamento estatal para assistência social e a melhor gestão dos tributos são essenciais para alcançá-lo. A experiência de desenvolvimento econômico dos países escandinavos – Dinamarca, Noruega e Suécia – é exitosa, já que os mesmos combinaram o *Welfare State* com o universalismo, que resultou em sociedades igualitárias. A Noruega, especificamente, passou por períodos de crise financeira em vários momentos, mas adaptou-se de forma satisfatória às demandas internacionais e buscou planejar-se de modo a atender às necessidades da população como um todo, através de investimentos em educação, saúde e seguridade social, o que propiciou uma distribuição de renda mais equitativa, contrastando com países da América Latina, como o Brasil, onde ainda há grande exclusão social, existente devido a fatores históricos e à ineficiência estatal.

Palavras-chave: *welfare State*. distribuição de renda. países escandinavos. noruega

Abstract: From the Neo-liberal theory of international relations that shows that the impact of external economic events internally, it becomes visible that the countries are not isolated and suffer impacts from external economic crises. Therefore, there is a need to develop flexible national policies to follow the outside variations, in order to pursue, even in the midst of instability, economic development. The path to development needs to be drawn taking into account the historical and economic peculiarities of each country - this is the case of the present study, which indicates how an economy and society supported by the policy of social welfare is made against this international background, valuing its domestic context.

However, it is undoubted that the state planning for social assistance and better management of taxes are essential to achieve it. The experience of economic development of the Scandinavian countries - Denmark, Norway and Sweden - is successful, once its welfare state combined with universalism results in egalitarian societies. Norway, in particular, went through periods of financial crisis on several occasions, but has adapted satisfactorily to international demands and the design is to meet the needs of the population as a whole, through investments in education, health and social security, which provided a more equitable income distribution, in contrast to Latin American countries like Brazil, where there is social exclusion resulted from historical factors and state inefficiency.

Key Words: welfare State. income distribution. scandinavian countries. norway

Introdução

A globalização, que segundo Celso Furtado é marcada pela maior interdependência das economias nacionais, distribui de maneira muito desigual os seus benefícios, resultando em diferenças econômicas e sociais entre os países. Tal disparidade gera uma exclusão fatal da maior parte da população, evidenciada em uma relação entre Estado e sociedade civil disfuncional. Segundo Friedrich Hegel a pauperização econômica além de trazer desvantagens educacionais, culturais e sociais no geral, acarreta danos no sentido político, já que diante das privações a população tende a permanecer politicamente apática, perdendo o senso de justiça, o que fragiliza a própria força estatal. Desta forma, atingir o desenvolvimento econômico é a aspiração da maior parte dos Estados.

Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira o desenvolvimento econômico é caracterizado pelo aumento da produtividade, pela elevação da renda por habitante, pelo processo sistêmico da acumulação de capital, pela incorporação do progresso técnico e por uma distribuição de renda mais equitativa. É, pois, papel do estado estabelecer o equilíbrio entre desenvolvimento e distribuição, de modo a melhorar o padrão de vida da população. Nota-se que o grau de desenvolvimento entre os países varia de acordo com fatores históricos e com a capacidade de utilização do estado e do mercado para promovê-lo. Ao compreenderem a importância de assistir aos cidadãos, muitos países acrescentaram em suas Constituições obrigações estatais relativas à geração de empregos, à assistência social e à elaboração de estratégias de desenvolvimento nacional, formulando políticas e cobrando impostos e, ao mesmo tempo, incentivando o progresso técnico através de investimentos em infra-estrutura e incentivos às empresas privadas.

Nos chamados países Escandinavos – Dinamarca, Noruega e Suécia – a adoção de um *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social) foi essencial no processo de desenvolvimento dos mesmos. A integração de políticas econômicas e sociais foi primordial para que esses países se tornassem capazes de aliar alto crescimento econômico, distribuição de renda e pleno emprego.

No entanto, durante o processo de desenvolvimento os países se deparam com intercorrências, como as crises. Partindo da teoria Neoliberal das Relações Internacionais, que

tem Robert Keohane como grande expoente, pode-se alegar que as tendências da economia internacional afetam os interesses das instituições domésticas diretamente, moldando seus comportamentos. Desta forma, é possível alegar que as ocorrências externas restringem as políticas e podem mudar o comportamento dos atores. Portanto, mesmo uma política econômica bem delineada não é capaz de permanecer estática perante as constantes mudanças e ocorrências do ambiente internacional. As políticas econômicas nacionais sofrem interferências da realidade externa, seja ela de crise ou prosperidade. Desta forma, pode-se afirmar que o processo de desenvolvimento econômico é descontínuo e complexo e requer a formulação de políticas eficazes e flexíveis por parte do Estado que se adéque às demandas.

O sucesso econômico de países como a Noruega, país objeto do presente estudo, é decorrente, entre outros fatores, da rápida resposta estatal em readequar as políticas macroeconômicas em momentos de recessão e distúrbios econômicos em benefício do país e da população. Outro fator primordial é a forte atuação do Estado no âmbito social; essa participação ativa faz com que os cidadãos sejam assistidos por um sistema de bem estar social universal e estejam aptos a trabalhar de forma igualitária para a prosperidade do país, já que todos possuem uma grande conscientização com relação à importância do desempenho individual para o benefício geral.

1 O Estado do bem estar social e o processo de Distribuição de Renda no Cenário Internacional

Na última década, houve entre os países em desenvolvimento a expansão generalizada da pobreza, que levou a discussões acerca do que, de fato, pode levar uma nação a gerar uma distribuição mais igualitária da renda. Segundo estudos desenvolvidos pelo Banco Mundial entende-se pobreza como uma “situação individual de privação de renda e de recursos” (FIORI; MEDEIROS, 2001, p. 166). Desta forma, a distribuição mais equitativa da renda depende de diversos fatores, tais como a distribuição de ativos (terra, crédito, capital humano) e o funcionamento dos mercados. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) enfatiza, ainda, a educação como grande responsável em termos de crescimento econômico e distributivo.

Sob uma perspectiva histórica, o ritmo de crescimento do emprego moderno e da estruturação de mercados contribuiu para a intensificação da migração da área rural para as cidades, já que a população estava imersa na miséria devido à escassez de terras, à mercantilização das relações econômicas, à agricultura de baixa produtividade e à volatilidade dos preços agrícolas (FIORI; MEDEIROS, 2001). Em contrapartida, o capitalismo desregulado contribuiu de forma

inimaginável para a geração de altos contingentes populacionais inimpregáveis e, conseqüentemente, bolsões de pobreza.

Em face da crescente pobreza e da preocupação em atingir um equilíbrio entre o capitalismo e o bem-estar social, o papel de provedor social desempenhado pelo Estado atingiu intensidade principalmente após a 2ª Grande Guerra. No entanto, o chamado *Welfare State* passou, ao longo da história, por inúmeras discontinuidades, e, desta forma, há, atualmente, diversas abordagens que explicam sua trajetória e seus principais conceitos. Uma dessas vertentes, defendida por Andersen Esping e Mishra, alega que não é possível referir-se a uma política do Bem-Estar social antes dos anos 50 e que as políticas sociais de caráter securitário começaram a ser adotadas principalmente após o Plano *Beveridge*, lançado em 1946 na Inglaterra, que criou um sistema universal e gratuito de assistência médica. Desvinculado de relações contratuais e financiado pelo orçamento fiscal, o Plano legitimou o *National Health Care Service* e serviu de paradigma para o *Welfare State* contemporâneo (FIORI, 1995)

O *Welfare State* atual, segundo Andersen, foi viável devido a três causas: “a natureza da mobilização de classes, principalmente da classe trabalhadora; as estruturas de coalizões políticas de classe e ao legado histórico da institucionalização do regime” (FIORI, 1995, p. 12). Além do mais, foram imprescindíveis para o sucesso do mesmo o contexto macro político, econômico e ideológico do pós-guerra e a preexistência de alguns fatores, tais como: a generalização do paradigma fordista; a existência de um consenso em torno dos valores de crescimento, do pleno emprego e das políticas keynesianas; a manutenção de um ritmo constante de crescimento; e a alocação de ganhos fiscais crescentes por coalizões políticas socialmente orientadas. Foi relevante para o sucesso do Estado de Bem-Estar Social, ainda, a existência de um ambiente econômico global, delineado pelos acordos de Bretton Woods que viabilizou a conciliação entre o desenvolvimento dos *welfare* e a estabilidade econômica internacional. Ademais, havia uma atmosfera de solidariedade nacional e supranacional no pós-guerra e o estímulo para optar por convicções socialmente orientadas devido ao início da bipolarização ideológica. Por fim, o avanço das democracias partidárias contribuiu para que a concorrência eleitoral permitisse uma maior reivindicação dos trabalhadores e de outros segmentos interessados na implementação do *Welfare State* (FIORI, 1995).

Nota-se a existência de variações relativas à estratificação social do *Welfare State* e aos direitos sociais entre os países. De acordo com Andersen, existem três tipos de regimes de *Welfare State*: o chamado *Welfare State* liberal, predominante em países como os Estados Unidos, Austrália e Canadá, que é marcado pela propensão à preferência aos benefícios de renda ao invés do trabalho e que assiste a uma camada social de renda baixa, intensificando a ordem de

estratificação; o *Welfare State* corporativista, no qual o acesso aos direitos está diretamente ligado à classe e ao status, abrange Estados como a Áustria, Itália e Alemanha, e tem como importante preocupação a preservação da família tradicional, praticamente desprezando a redistribuição de renda; e o regime social – democrata, predominante nos países Escandinavos, que está ligado à ideia do pleno emprego, do acesso universal aos benefícios e da fusão entre trabalho e serviço social, com o intuito de promover a igualdade com qualidade (ANDERSEN, 1990).

Pode-se afirmar que foi o papel desempenhado pelas instituições nacionais e os próprios aspectos naturais dos Estados que delinearão a trajetória dos países em direção à redistribuição de renda e ao crescimento econômico. No pós-guerra houve basicamente duas experiências distintas no que tange à construção desse perfil distributivo: a via social democrata europeia e a experiência americana (FIORI; MEDEIROS, 2001).

A via social democrata europeia é típica de sociedades mais homogêneas, nas quais a desigualdade pré-imposto de renda era pequena, a mobilidade ocupacional era baixa e as fronteiras internas eram fechadas. As principais políticas adotadas por tais países para a redução da pobreza foram a estruturação dos mercados de trabalho a nível nacional e a proteção estatal dos grupos mais débeis do mercado de trabalho. Os impostos progressivos e o crescimento econômico levaram à redução das desigualdades concernentes à renda. Para tanto, a redistribuição realizada pelo Estado teve papel primordial (FIORI; MEDEIROS, 2001).

Já a experiência americana foi marcada por uma maior desigualdade e heterogeneidade inicial, pela elevada mobilidade ocupacional e pela fronteira aberta. A homogeneização social foi promovida através da modernização, da integração da agricultura com as indústrias e pelo peso que a grande empresa passou a exercer nos mercados urbanos de trabalho. Com o intuito de elevar os salários mais baixos para realizar uma mobilidade ascendente, foram utilizados os mecanismos de elevar a produtividade dos bens-salários e aumentar as taxas de crescimento (FIORI; MEDEIROS, 2001).

Países como o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan combinaram desde o pós-guerra um elevado dinamismo, a redução rápida da pobreza e a baixa desigualdade na distribuição de renda. Desta forma, houve a generalização do progresso técnico e a homogeneização social. Além do mais, a reforma agrária, a elevada mecanização da agricultura, os preços subsidiados e o crescimento das exportações manufatureiras contribuíram para a sustentação de elevadas taxas de crescimento econômico. Diferentemente da via social democrata, na qual o peso da redistribuição estatal foi maior, o crescimento redistributivo nesses países se deu através do tipo de inserção internacional e dependeu da estrutura dos investimentos e dos preços relativos (FIORI; MEDEIROS, 2001).

Já a América Latina teve seu processo de desenvolvimento marcado pela reduzida capacidade de importar, pela baixa modernização e pela falta relativa de investimentos públicos na agricultura, pela pressão sobre as taxas de câmbio e pela reduzida capacidade de importar, fatores que geraram pressão inflacionária. Segundo Prebisch e Kaldor a restrição do balanço de pagamentos durante o pós-guerra gerou uma estrutura interna de preços desfavoráveis à agricultura e resultou em baixa competitividade externa dos bens industriais. A elevação dos salários reais fez com que os preços industriais se tornassem menos competitivos no mercado internacional. A concentração populacional nas grandes metrópoles ocasionou a marginalização das pequenas e médias cidades e a segmentação dos mercados urbanos de trabalho (FIORI; MEDEIROS, 2001).

Fica evidente, portanto, que apesar de existirem diferentes experiências, a adoção de políticas de bem-estar social foi primordial em muitos Estados para a configuração de perfis distributivos.

2 Características Sócio-Econômicas dos Países Escandinavos

Os países Escandinavos localizam-se na Europa setentrional e são aqueles que possuem grande semelhança histórica, lingüística e cultural. Há variações sobre quais países são considerados parte desse grupo, mas no geral, são considerados parte da Escandinávia a Dinamarca, a Noruega e a Suécia. Além das semelhanças anteriormente citadas, tais países, a partir da década de 1930, passaram a agir de forma semelhante, destinando ao governo a formulação das economias nacionais. No modelo político de tais países a existência dos Estados nacionais é diretamente ligada ao bom desempenho econômico, apesar do grau de aplicação do *Welfare State* e das ideias keynesianas² variar entre os mesmos (TABELA 1) (PEKKARINEN, 1988).

O ‘modelo do *Welfare State* escandinavo’ é pautado em três pilares, sendo eles a grande presença estatal, o universalismo e a igualdade. A relação próxima do estado com a população vem do século XX. Ao contrário do que ocorria em outras localidades, o estado não foi um instrumento coercitivo de opressão das classes dominantes, mas sim um agente reformador da sociedade, responsável por disseminar direitos sociais universais a partir dos quais todas as pessoas são beneficiadas com serviços e transferências. Desta forma, tais países conseguem atingir a igualdade entre os cidadãos, já que todos eram tratados da mesma forma, o que propiciava uma distribuição mais equitativa da renda. A questão da valorização feminina também contribuiu para manter esse (ALESTALO, HORT, KUHNLE, 2009).

Após a Segunda Grande Guerra, foram integradas políticas econômicas e sociais, que facilitaram a incorporação da mão de obra advinda do campo nas indústrias. A iniciativa de reduzir a diferença de renda dentro da sociedade foi essencial para o crescimento econômico. São características gerais desses países a baixa taxa de desemprego aliada ao alto crescimento econômico e a implementação de políticas sociais. Segundo Kangas e Palme, “A social policy is much more than just guaranteeing security against various social risks. Social policy creates and fortifies social bonds and may enhance the development of social capital. Social policy may also be used to accumulate real capital” (MELDGAARD, [19--]).

Fatores históricos explicam as diferenças existentes entre o modelo da Europa setentrional (região que abrange os países do norte europeu, incluindo os nórdicos) e o da Europa Meridional (localidade que engloba os países do sul e do extremo ocidente europeu). Entre os países escandinavos, especificamente, as sociedades no período pré-industrial eram mais igualitárias e o feudalismo foi mais brando do que nas outras regiões europeias. Características como a o alto nível de homogeneidade cultural com relação à língua, religião e comportamento social, além do fato da população ser relativamente pequena, contribuíram para que a região nórdica se destacasse comparativamente a outras localidades. Além disso, a fusão entre Igreja e Estado em decorrência da Reforma Protestante acabou por legitimar o Governo Central - a partir do momento que a educação e a saúde tornam-se incumbência do governo os investimentos tendem a crescer nessas áreas, havendo mais demandas para o campo da política - enquanto que na Europa Meridional, serviços sociais, como saúde e educação, eram concentrados sob domínio da Igreja Católica Romana (KUHNLE, 2007).

Não se pode compreender o desenvolvimento dos países Escandinavos da última década sem levar em consideração a ampla organização no âmbito laboral e de negócios existente nos mesmos, além da cooperação entre o Estado e os parceiros sociais. A organização do mercado do trabalho desses países é caracterizada pelo elevado grau de sindicalização dos trabalhadores, acordos centralizados e negociações coordenadas a vários níveis, grande representação dos trabalhadores a nível da comunidade e empresarial e pela regulação bem delineada da vida de trabalho na legislação e acordos (DOLVIK, 2008). Em tais nações nota-se que a atenção das grandes indústrias está voltada para atender o mercado externo e que as exportações são as grandes responsáveis pelo alto Produto Interno Bruto (PIB) (DOLVIK, 2008).

São características gerais do ‘modelo escandinavo’: alto grau de intervenção estatal – o Estado garante serviços de saúde gratuitos e pensões básicas a toda população; emprego de 30% da população em setores sociais, tais como educação e saúde, o que os torna pioneiros em comparação aos padrões internacionais; dependência do setor público para fornecer serviços

sociais; existência de sistemas nacionais coordenados da Seguridade Social, responsáveis pelo pagamento de benefícios como licença saúde, custeio de despesas com filhos, pensões e serviços de saúde; nível de confiança alto entre cidadãos e governo; Seguro Social universal ou abrangente; grande igualdade entre homens e mulheres; a desvinculação dos sistemas de Seguro Social da classe social ou aspectos ocupacionais; a tributação generalizada como meio de financiamento do Estado, o que tem efeito distributivo; ênfase no provimento de serviços; foco no pleno emprego e forte apoio popular (KUHNLE, 2007).

3 Síntese da História da economia da Noruega no entre-guerras e no pós-guerra

A economia da Noruega se desenvolveu baseada na exploração de recursos naturais. Os recursos marinhos, durante o século XIX, foram os principais responsáveis pela manutenção do comércio internacional e pela expansão da costa oeste do país. Em busca de exportações com maior valor agregado, no início do século XX, a Noruega passou a não exportar somente a madeira, mas a celulose e o papel. No entanto, a exploração de energia hidroelétrica foi o principal fator responsável pelo início e consolidação da industrialização norueguesa. A ampla demanda por esse tipo de energia fez com que crescesse o fornecimento e a produção de máquinas elétricas. Conseqüentemente a produção de eletroquímicos e metais aumentou, passando a concorrer com o papel e a celulose como os principais produtos de exportação. É importante ressaltar que a industrialização norueguesa foi dependente de capital estrangeiro durante um determinado período (HAUKNES, 2006).

No período do pós- 1ª Grande Guerra a Noruega, juntamente com a Suécia, Reino Unidos, Suíça, Dinamarca e Holanda perseguiram a retomada da ordem econômica liberal a partir do livre comércio, da competição leal e da adoção do padrão ouro. Pode-se dizer que no início de 1920 a Noruega era um país de economia aberta, no entanto, na década de 30 medidas protecionistas passaram a ser adotadas por parte do banco central norueguês e do governo para proteger o mercado de trabalho, as indústrias e as contas. Apesar da adoção desse protecionismo moderado, que muitos afirmavam se assemelhar ao mercantilismo de 1840, a Noruega ainda era um dos países com maior comércio liberal comparativamente aos outros do oeste Europeu. Medidas tais como o congelamento de preços, a cartelização e a retomada das cotas de importação e das tarifas sobre as mesmas voltaram a ser adotadas, com o intuito de proteger o mercado nacional para as indústrias domésticas – especialmente a indústria manufatureira e a agricultura-, e de resguardar a reserva cambial. Slogans como ‘compre norueguês’ foram lançados a fim de fazer com que a população priorizasse produtos de origem nacional (GRYTTEN, 2002).

Durante os anos 30 a Noruega também abandonou o padrão ouro e adotou uma política monetária inflacionária, estratégia de desenvolvimento econômico com uma tentativa de reposicionar os custos e preços relativos da economia norueguesa. Tais mudanças fizeram com que a demanda doméstica se elevasse e que conseqüentemente a produção aumentasse, diminuindo o desemprego. A depreciação da moeda norueguesa, o Krone, tornou a indústria nacional mais competitiva. Desta forma, os produtos noruegueses ficaram mais baratos tanto para os países estrangeiros quanto para o mercado local, o que possibilitou o aumento da exportação e da substituição de importações. Tais ocorrências foram essenciais para conduzir o país à recuperação da depressão econômica e ao crescimento econômico (GRYTTEN, 2002).

Durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945) a Noruega sofreu a invasão alemã e a economia nacional passou por grandes tribulações; houve queda na produção, pressão inflacionária e o racionamento de muitos bens que tinham que ser divididos com aproximadamente 300.000 alemães que ocupavam o território. Desta forma, no período após a Segunda Guerra o objetivo principal do governo era promover a industrialização do país e uma recuperação rápida e para tanto contou com a ajuda do Plano Marshall. Uma maior atenção foi dada à indústria pesada e um grande montante foi destinado ao desenvolvimento de um estado de bem estar social (GRYTTEN, 2010).

Havia nesse período, ainda, a necessidade de restabelecer a ordem política. O Partido Trabalhista passou a adotar a social-democracia, a partir de um planejamento econômico centralizado. Desta forma, a Noruega passou a fazer parte do Fundo Monetário Internacional, do GATT e do Banco Mundial, além de aderir à Organização do Tratado Atlântico Norte e à Área de Livre Comércio da Europa. Outra medida adotada foi fazer o krone tornar-se conversível ao dólar americano. A partir dessas medidas o período de 1950 a 1973 ficou conhecido como a era de ouro da economia norueguesa. O Produto Interno Bruto per capita passou por um crescimento e chegou a 3.3% ao ano, a taxa de inflação estava controlada, o comércio internacional estava em expansão e o desemprego praticamente não existia (GRYTTEN, 2010).

Em decorrência dos choques do petróleo (1973 e 1979) e da desregulamentação do sistema financeiro internacional da década de 70, os países industrializados passaram por um período de diminuição do crescimento e aumento do desemprego. Na Noruega, no ano de 1969, foi descoberta, no campo de Ekofisk, uma jazida de petróleo, que permitiu que o país conseguisse adotar uma política anticíclica neste período de estagflação, fazendo com que o mesmo tivesse baixos índices de desemprego e um crescimento maior se comparado aos outros países. No entanto, com a adoção das políticas anticíclicas, pautadas em subsídios às empresas, as firmas norueguesas tiveram, posteriormente, dificuldade em se adaptar à realidade do mercado,

pois se adequavam às políticas governamentais de auxílio. Desta forma, notou-se uma falta de incentivos à produtividade e à estrutura de negócios para que

pudessem acompanhar as mudanças ocorridas no mercado internacional (GRYTTEN, 2010).

3.1 Característica da macroeconomia da Noruega em meados dos anos 80

Em decorrência da política anticíclica e seus efeitos sobre a capacidade das empresas de se adequarem às modificações recorrentes do comércio internacional e do contínuo crescimento no setor petrolífero, a Noruega começou a perder competitividade e um processo de desindustrialização iniciou-se no país. O fator que intensificou tal desindustrialização foi a alta dos preços do petróleo de 1973 a 1985, que elevou os salários da mão de obra desse setor, fazendo com que o produto se tornasse menos competitivo no mercado estrangeiro. No entanto, não se pode deixar de destacar o fato de que justamente em detrimento do setor petrolífero a Noruega tornou-se um dos países com maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do mundo – em 1979 o PIB per capita era de \$29,907 (TABELA 2) (GRYTTEN, 2010).

Durante o pós-guerra o Partido Trabalhista assumiu o governo norueguês e permaneceu até 1981, quando um governo mais conservador entrou em vigor, incentivando a política de liberalização de crédito. Além disso, foi implementada uma política que impedia que as forças de mercado influenciassem as taxas de juros, que eram estabelecidas pelos políticos. Desta forma, as taxas de juros foram fixadas abaixo do nível de mercado, um importante jogo político de poder para aquecer a economia norueguesa, que passou por uma expansão monetária. No entanto, o superávit comercial transformou-se em um grande déficit no ano de 1985 com a queda dos preços do petróleo, que fez com que o governo adotasse uma política fiscal mais apertada. O governo passou a perseguir uma política de taxas de juros fixas, que acarretou no aumento das mesmas (GRYTTEN, 2010).

3.1.1 Processo de Inovação Tecnológica e do Sistema Industrial Norueguês

Para que um país seja próspero economicamente é essencial que possua indústrias de base com tecnologia de ponta e para isso deve haver grande investimento em inovação. A Noruega é conhecida por realizar tal investimento, atingindo sucesso através das fontes nacionais de inovações, das transferências tecnológicas de países estrangeiros e das universidades e instituições de pesquisa. Apesar de a base comercial norueguesa estar concentrada na exploração do gás e do petróleo, o país é altamente especializado na indústria de pesca, naval e de metais (TABELA 3) (FAGERBERG, MOWERY, VERSPAGEN, 2009).

Desde 1970 a Noruega vem apresentando altos índices de crescimento em produtividade, renda e emprego. Entretanto, pode-se afirmar que o país realiza baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento em comparação aos demais. O sistema de inovação norueguês é pautado na difusão do conhecimento e na cooperação em inovação e possui características tais como a forte interação entre produtor e consumidor e a alta qualificação da força de trabalho (TABELA 4) (FAGERBERG, MOWERY, VERSPAGEN, 2009).

É possível afirmar que, historicamente, a Noruega passou por três períodos no que diz respeito a seu processo de inovação, o que faz com que o mesmo seja complexo e diversificado. No final do século XIX surgiram empresas de grande escala e centralizadas, financiadas, muitas vezes, por capital estrangeiro baseadas na exploração de capital e nas indústrias de energia intensiva como as de metais, energia hidroelétrica e eletroquímica – no entanto, tais firmas ainda possuíam baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Até o início do século XX pode-se afirmar que a Noruega era conhecida por adotar o caminho da ‘pequena escala descentralizada’ - caracterizado pela existência de pequenas empresas que, no geral, investiam pouco dos seus fundos em inovação. Em 1910 foi inaugurada a Universidade Tecnológica da Noruega, que tornou-se um centro de capacitação profissional de grande importância. No entanto, o país utilizava em grande escala tecnologia estrangeira, que era adaptada por profissionais tecnicamente especializados à realidade nacional (FAGERBERG, MOWERY, VERSPAGEN, 2009).

Já após a Segunda Grande Guerra (1939-1945) houve a expansão do chamado ‘conhecimento intensivo baseado em rede’ promovido pelos tecnocratas, acadêmicos e políticos. O intuito era adotar um caminho de desenvolvimento pautado no investimento intensivo em pesquisa e desenvolvimento nos novos setores industriais, através de investimentos governamentais em infra-estrutura pública, como laboratórios e universidades (FAGERBERG, MOWERY, VERSPAGEN, 2009).

O Estado promove políticas que buscam integrar o crescimento econômico com o social; desta forma, os institutos públicos de pesquisa cooperam com mais intensidade do que nos outros países, para que as firmas norueguesas possam acumular maior propensão à inovação. A principal característica que diferencia o sistema de inovação norueguês dos demais é a busca estratégica por colaboração inovativa. É possível afirmar, ainda, que apesar de ser relativamente baixo o investimento em pesquisa e desenvolvimento, o mesmo não atua como um empecilho à inovação tecnológica do país (FAGERBERG, MOWERY, VERSPAGEN, 2009).

O desempenho econômico da Noruega é, portanto, caracterizado por um paradoxo que é explicado por três fatores: inovação, dependência e política. No que diz respeito à inovação é

possível destacar a adaptabilidade do sistema nacional; ou seja, a capacidade do setor público, dos empresários e das firmas reconhecerem uma determinada oportunidade e mobilizar recursos, adaptar capacidades e, a partir disso, desenvolver políticas e instituições apropriadas. Com relação à dependência pode-se alegar que os setores industriais menos ligados aos recursos naturais não possuem um bom desempenho. Afirma-se que tal falha é apenas um reflexo do contínuo crescimento de produtividade de tais setores em detrimento dos demais. Já a respeito da política pode-se afirmar que a mesma desempenha um papel fundamental no processo de inovação do país, já que há direta influência política no desenvolvimento do setor industrial e tecnológico do país (FAGERBERG, MOWERY, VERSPAGEN, 2009).

3.1.2 Mercado de Trabalho na Noruega

A Noruega é conhecida como a ‘sociedade de trabalhadores’, devido ao fato de o trabalho assalariado e a política de pleno emprego serem a base da sociedade e do Estado de bem Estar Social mais especificamente. O Estado de bem estar social norueguês é marcado pela alta participação feminina na força de trabalho e pela alta taxa de fertilidade – uma das mais altas da Europa Ocidental (HALVORSEN, 2002).

Em 1954 foi adicionada à Constituição do país a obrigação por parte do governo de gerar oportunidades de empregos à população. O sindicato e os partidos social-democratas são também importantes defensores da ética no trabalho e do pleno emprego, que é a principal forma de redistribuir a renda, diminuir desigualdade e pobreza, evitar a dependência e aumentar a auto-suficiência. As pessoas saudias, sem deficiências, têm uma obrigação com o país de trabalhar para aumentar o crescimento econômico e contribuir com os tributos, de modo a financiar o setor público e oferecer segurança econômica àqueles que não têm condições de atuar no mercado de trabalho (HALVORSEN, 2002).

Durante as recorrentes crises econômicas internacionais da década de 1980 a Noruega conseguiu manter os níveis de desemprego baixos devido às receitas advindas do setor petrolífero – uma média de 3,6% no período de 1980 a 1990; no entanto, devido ao aumento da oferta relativa a cargos públicos, o desemprego no setor manufatureiro sofreu um aumento (HALVORSEN, 2002).

Já na década de 90 o país foi afetado pela recessão internacional e em 1993 o índice de desemprego chegou a 8,2%. Entretanto, tal situação não perdurou por um longo período devido à expansão do ensino superior, de uma forte política de mercado de trabalho e do aumento de empregos no setor público, além da receita proveniente do petróleo que pôde financiar a política keynesiana do pleno emprego. Para atingir o pleno emprego a Noruega busca a reestruturar as

indústrias de modo a torná-las competitivas no cenário do comércio global e ser severa no critério de elegibilidade para recebimento de benefícios, como aqueles por invalidez e desemprego (HALVORSEN, 2002).

Nota-se, ainda, a existência de uma política de mercado de trabalho com o intuito de manter as pessoas desempregadas ligadas ao mesmo, através do chamado ‘programa de mercado de trabalho’, que visa a aumentar a competitividade dos participantes através de atividades como cursos qualificastes. Pesquisas apontam que a qualidade de vida daqueles que participam do programa é maior se comparada àqueles que não aderiram ao mesmo. É importante ressaltar, ainda, que há a participação de pessoas deficientes no programa e que a elas são oferecidos treinamento de trabalho e contato com clubes de emprego. Já para diminuir o desemprego entre os jovens o governo emitiu garantias de trabalho e estágios para pessoas com menos de 20 anos de idade e ampliou as vagas do ensino superior. A porcentagem do desemprego bruto inclui também essas pessoas participantes de programas de mercado de trabalho e aquelas que possuem algum tipo de deficiência (TABELA 5) (HALVORSEN, 2002).

Quanto à distribuição da população nos setores da economia norueguesa pode-se afirmar que aproximadamente 2% da população em idade ativa estão empregadas na agricultura e a indústria do petróleo emprega 1% da população. A maioria da população está empregada no setor de serviços, em especial no setor público, sendo que a presença feminina em serviços relativos ao bem-estar é elevada. De todas as firmas norueguesas 87% delas possuem menos que 20 funcionários e 98% têm menos que 100 empregados; somente locais como os hospitais possuem mais de 100 funcionários (OVERBYE, VABO, WEDDE, 2006).

3.1.3 Distribuição de Renda na Noruega

Há diversos fatores que explicam a bem-sucedida distribuição de renda norueguesa. A existência de um abrangente *Welfare State* é uma das explicações mais utilizadas; outra razão apontada é a existência de um forte subsídio educacional, principalmente do ensino primário. Isso faz com que haja excesso de mão-de-obra qualificada, diminuindo os salários dos mesmos e os postos de trabalhos não qualificados e ao mesmo tempo aumentando o salário para essas pessoas menos qualificadas, devido a escassez desse tipo de trabalhador. Outro possível motivo é a centralização e força dos sindicatos, que têm o foco no pleno emprego e contribuem para manter os salários em um valor moderado. Há também hipóteses que atribuem a justa distribuição de renda existente no país a sua pequena população e à riqueza natural – petróleo, gás natural e alto potencial hidrelétrico (OVERBYE, VABO, WEDDE, 2006).

O *Welfare State* norueguês é amplo, abrangendo segurança social, serviço social, saúde, educação, formação, habitação e emprego, além de haver uma preocupação, como supracitado, em convergir as questões sociais com políticas fiscais e industriais conscientes e em regular o mercado de trabalho (TABELA 6). O governo preocupa-se, sobretudo, com a alta qualidade dos serviços prestados e controla o dinheiro de modo a garantir tais assistências. Há uma atenção especial com as transferências sociais que são compostas por um mínimo básico somadas a quantias que variam de acordo com a renda da pessoa em questão. Desta forma, o *Welfare State* norueguês pode ser caracterizado como um Estado de Bem Estar Social pautado em serviços e não somente em transferência, como ocorre em muitos países da Europa Continental. Esse sistema de seguridade social nacional é mantido pelas contribuições dos empregados, empregadores e do Estado. O valor das contribuições pagas por parte dos trabalhadores varia de acordo com a localização da empresa – há cinco zonas de localização. Os impostos em geral e as contribuições da previdência social são arrecadados e direcionados para a Previdência Social Nacional (OVERBYE, VABO, WEDDE, 2006).

4 A forma funcional da distribuição de renda

Já no século XIX David Ricardo buscou explicar como a renda nacional era distribuída entre proprietários de terra (renda), donos de capital (lucros) e trabalhadores (salários). Pode-se dizer, portanto, que a forma funcional da renda corresponde à maneira como a renda que é obtida durante o processo de produção é alocada e tem como foco a inserção no processo produtivo.

4.1 No caso do crescimento

O crescimento é caracterizado como um crescimento positivo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Desta forma, o crescimento pode ocorrer sem que haja reversão dos indicadores sociais.

Ao analisar o processo de industrialização de um país que tenha como base um modelo primário-exportador é possível afirmar que nas etapas iniciais serão implantados setores industriais de bens de consumo de baixo custo. Num primeiro momento há o estabelecimento de bens de consumo de baixo custo o que aumenta a transferência de mão de obra rural – urbana e não gera impactos negativos sobre a distribuição de renda. Já na etapa de expansão da industrialização nota-se o processo de acumulação extensiva que acarreta na concentração de renda devido às rendas da propriedade e ao funcionamento do complexo agrário-exportador. Num segundo momento constata-se o aumento do mercado de trabalho urbano e uma relativa

reserva de mercado, o que possibilitou a implantação da ‘substituição de importações’ em alguns países e, por efeitos endógenos, o surgimento dos primeiros nexos industriais a partir do produtor de bens de capital, resultantes do aumento da demanda interna. Nota-se, aqui, uma forte transferência de capitais para os novos setores urbanos em crescimento, o que fez com que o grau de monopólio se elevasse. Já no período da Segunda Grande Guerra devido ao isolamento externo, um processo de ‘acumulação forçada’ se iniciou, dando margens ao aumento do grau de monopólio (TAVARES, 1975).

Desta forma, pode-se afirmar que o processo de industrialização está intimamente ligado com a distribuição da renda. Embora em muitas etapas haja a acumulação, a relação financeira desigual existente entre os trabalhadores e proprietários de capital, muitas vezes, impede a repartição do Produto Interno Bruto (PIB) entre os mesmos.

4. 2 No caso do desenvolvimento

O desenvolvimento está ligado não somente ao crescimento, mas à melhoria do bem estar populacional. Segundo Smith, o desenvolvimento está atrelado à produtividade; para David Ricardo o desenvolvimento é o oposto do estado estacionário; Marx o associa à acumulação ampliada do capital e Schumpeter a um fluxo de produção ascendente aliado à inovação e ao desempenho do empresário (FONSECA, 2004).

Durante a década de 50 certos países com maior dimensão absoluta de mercado deram início à industrialização ‘pesada’, dirigida pelo capital estrangeiro e por novos investimentos públicos. Essa etapa da industrialização é marcada pela necessidade em distribuir renda, já que a capacidade produtiva instalada deve ser utilizada e o consumo é necessário para tal (TAVARES, 1975).

O conjunto de objetivos que deve ser perseguido para se alcançar o desenvolvimento de um país é resumido pelo conceito de bem-estar social; os países nórdicos, como vemos, ganham destaque, já que são grandes exemplos de nações que adotam tal modelo de desenvolvimento. Deve objetivar-se construir uma sociedade democrática, avançada tecnologicamente, com emprego, moradia, ambientalmente planejada, com justa distribuição de renda e riqueza, com igualdade de oportunidades e com sistema de seguridade universal. Ao mesmo tempo políticas macroeconômicas devem ser planejadas pelos governantes equilibrando a política cambial, a política monetária e a administração fiscal. Apesar das turbulências econômicas, naturais do sistema, o Estado deve implementar políticas anti-cíclicas para evitar crises (SICSÚ, 2008).

A ideia de desenvolvimento também abarca a ideia de que as políticas macroeconômicas implementadas pelos governos devem também trazer a estabilidade para que empresários sintam-

se confiantes para investir no país. Sobretudo, é preciso buscar um modelo de industrialização sofisticado, uma vez que o modelo primarizado gera altos lucros, salários baixos e ocupações não formalizadas. A exemplo da Noruega, o modelo de economia industrializada gera muitos empregos, com remuneração elevada e estabelece relações formais de trabalho. Como visto anteriormente, o modelo da primarização corresponde às atividades agropecuárias e extrativistas, sendo marcado pela falta de competição com os países centrais e pela alta concentração de renda (SICSÚ, 2008).

Com o intuito de se atingir o desenvolvimento, o país deve adotar políticas cambiais que estimulem os investimentos e a industrialização; é importante, ainda, que haja o desestímulo de capitais financeiros que objetivam sua capitalização, já que geram pressão valorativa cambial em sua entrada e pressão desvalorativa em sua saída. Ademais o país deve adotar uma taxa de câmbio competitiva, já que há relação direta entre taxa de câmbio valorizada e altas taxas de juros, que inibem o investimento e incentivam os poupadores, estimulando o desemprego, já que o capital que poderia ser utilizado para investimentos permanece parado. Além disso, juros altos atraem capitais especulativos (que não geram benefícios para o setor em que está investido, e que só visa lucros), elevam o custo de carregamento de reserva pelo Banco Central e inibem o investimento produtivo (SICSÚ, 2008).

5 A experiência de desenvolvimento econômico brasileiro em contraste com a norueguesa

Na Noruega as exportações, juntamente com o investimento autônomo e inovações tecnológicas, foram os principais responsáveis pela formação da Renda Nacional, sendo que a importação era realizada para suprir a carência de matéria prima e alimentos. Desta forma, fatores exógenos e endógenos contribuíram para o desenvolvimento econômico. Já no Brasil as importações eram essenciais, pois dela dependiam o suprimento de bens de consumo e de capitais, o que caracterizava o modelo primário-exportador (TABELA 7) (TAVARES, 2010). Do ponto de vista da construção do *Welfare State* o Brasil tem uma história diferente que explica o atraso e a ineficiência das instituições que devem gerir tal política social.

A ideia do desenvolvimento ‘para fora’ trouxe para o Brasil uma divisão social do trabalho entre os setores destinados ao consumo interno e àqueles destinados ao externo, sendo que o setor voltado ao consumo interno era de baixa produtividade e produzia artigos voltados à subsistência da população, tais como alimento e vestuário. Em contrapartida, na Noruega, não possuía esta divisão, já que os artigos produzidos eram tanto destinados ao consumo interno

quanto à exportação. Outro agravante é que no Brasil a concentração de propriedade de recursos naturais gerou uma distribuição de renda extremamente desigual (TAVARES, 2010).

Pode-se afirmar que a crise prolongada dos anos 30 foi uma das principais responsáveis pela mudança do modelo primário-exportador já que em decorrência do desequilíbrio que perpassava o cenário externo o Brasil passou a adotar algumas políticas com o intuito de proteger o mercado interno. Desta forma, houve a restrição de importações, elevação da taxa de câmbio, compra de excedentes e financiamento de estoques. Surge, assim, o modelo de desenvolvimento ‘voltado ‘para dentro’ (TAVARES, 2010).

Esse novo modelo de desenvolvimento, decorrente do estrangulamento externo³, fez com que fosse diminuída a relevância do setor externo para a formação da Renda Nacional e a partir de então a variável endógena de investimento ocupou o principal papel no processo de desenvolvimento (TAVARES, 2010). Este modelo, também chamado de ‘substituição de importações’, fez com que houvesse a perda do dinamismo interno, gerada pela diminuição do coeficiente geral de importações. Cabe ressaltar que a ‘substituição de importações’ não é meramente a restrição da importação de produtos estrangeiros para substituí-los por nacionais; a diminuição das importações ocorre devido a restrições externas. Pode-se afirmar que esse modelo de ‘crescimento para dentro’ é baseado na instalação de setores produtivos de itens outrora importados e na produção de bens e serviços, de certa forma, independentes da esfera externa. Segundo Maria da Conceição Tavares:

... a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência (Tavares, p. 51, 2010).

O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro teve três pontos de desequilíbrio: no âmbito setorial, no regional e no social. No aspecto setorial houve a concentração de investimentos no setor secundário. Já o setor agrícola não contou com investimentos tecnológicos, e apesar de ter havido a expansão da margem extensiva de cultivo, os rendimentos médios dos mesmos permaneceram estagnados. Desta forma, a população do campo desempregada dirigiu-se à cidade. No entanto, a expansão do setor industrial ocorreu desequilibradamente, ou seja, alguns setores, como as indústrias de produção intermediárias, deixaram de receber o investimento necessário, causando estrangulamentos (TAVARES, 2010).

No que diz respeito ao desequilíbrio regional é possível alegar que a produção ficava concentrada nos estados do Centro-Sul, gerando assim grandes disparidades interestaduais. Por

volta dos anos 50, no entanto, essas disparidades foram amenizadas pelo aumento da participação dos outros estados na composição da Renda Nacional Brasileira através da agricultura.

No que tange o âmbito social houve o aumento da marginalização de parte da população nas cidades e o alto índice de desemprego. Nota-se que ao invés da mão de obra disponível ter sido empregada no setor industrial, que havia registrado um crescimento setorial maior do que o agrícola, um maior número de pessoas foi direcionado à atividades voltadas à agricultura. Tal fato agravou ainda mais as diferenças de produtividade por trabalhador e impediu que os desníveis de rendas decaíssem.

De 1964 a 1980 houve um período de intervenção estatal no que se refere ao planejamento econômico, havendo, ainda, uma intensificação da industrialização. Ocorreu também nesse período grandes reformas macro e microeconômicas, sendo as mesmas financeiras, fiscais e tributárias. No entanto, em face das seguidas crises econômicas internacionais – altos juros norte-americanos e choques do petróleo - tal modelo esgotou-se, fazendo com que houvesse estagnação econômica, moratória e alta inflação (IPEA, 2010).

O período seguinte que vai de 1980-1984 é marcado pelas consequências advindas do modelo anterior, ou seja, pela estagnação e graves desequilíbrios, aliados à lenta transição democrática. Já o pós-1994 é caracterizado pelo baixo crescimento econômico, por um novo regime macroeconômico e pelo plano real.

Atualmente o Brasil possui duas políticas clássicas voltadas ao combate da miséria e ao aumento da distribuição de renda – os programas de transferência como o bolsa família e a elevação do salário mínimo. É sabido que o aumento do salário mínimo implica no aumento dos gastos no momento da contratação, em contra partida eleva o poder de compra da sociedade, criando demanda para os produtos. Há, portanto, duas forças decorrentes de tal constatação, uma que aumenta a informalidade e outra que eleva o poder de compra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que há no cenário internacional uma variedade de modelos de desenvolvimento econômico e que os mesmos são influenciados pelo histórico do país, pela região em questão, pela opção ou não de adotar um *Welfare State* e pelas variações econômicas internacionais como as crises, que ocorrem sem prévio aviso. Baseando-se na experiência de desenvolvimento econômico dos países escandinavos, mais precisamente na Noruega, nota-se que esse país possui fatores histórico peculiares e um *Welfare State* forte e bem delineado, mesmo exposto às pressões externas.

É possível afirmar, ainda, que o processo de desenvolvimento e distribuição de renda ocorre de formas diversas; entre os países escandinavos o desenvolvimento econômico foi pautado na redução dos níveis de desemprego (keynesianismo), o que resultou no crescimento com distribuição de renda e diminuição da pobreza. Já nos países de baixa renda per capita tentou-se conciliar o crescimento e distribuição de renda a partir de reformas institucionais na terra, da modernização da agricultura, da redução da heterogeneidade produtiva, da integração do mercado interno e da universalização da educação e de serviços sociais. Entretanto, nesses países considerados subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, o crescimento urbano desordenado, fruto do fluxo contínuo de pessoas - atraídas por oportunidades de emprego em indústrias e em decorrência da modernização das atividades do campo - da zona rural para as cidades propiciou a formação de bolsões de pobreza. A falta de planejamento urbano, de oportunidades de trabalho decentes e de uma política bem delineada de desenvolvimento econômico e social geraram quadros de exclusão social, agravada pela concentração de renda por pequenas parcelas da população e pelo desvio de recursos da área social.

O chamado '*Welfare State* escandinavo' é considerado um modelo a ser seguido por outros países e a adoção do universalismo é uma opção para uma melhor distribuição de renda nos países. No entanto, à luz da construção de uma análise teórica é preciso observar meticulosamente a realidade de cada Estado, já que cada um possui suas peculiaridades, não sendo, portanto, plausível afirmar que há uma 'receita' para o desenvolvimento. No entanto, delinear políticas sociais e gerir melhor os tributos são medidas essenciais para atingi-lo. Ademais, ao observar-se o sucesso do modelo escandinavo conclui-se que é preciso investir em inovação, fortalecer sindicatos, reformular os programas de transferência de renda, a fim de torná-los universais, agregar valor aos produtos exportados, aumentar a geração de empregos formais, investir em educação e assistir às pessoas desempregadas e deficientes, com o intuito de incorporá-las rapidamente ao mercado de trabalho.

Destacando-se o caso da Noruega pode-se alegar que a existência de grandes investimentos em qualificação profissional e em geração de empregos, o respaldo governamental oferecido às famílias, em especial as contribuições voltadas às crianças, às pessoas com algum tipo de deficiência e às mulheres, além da variedade de benefícios à população, contribuiu para que o país tenha uma das menores disparidades de renda do mundo. A baixa desigualdade gera benefícios para o país com aumento da mão de obra qualificada, pois as pessoas tendem a possuir um nível educacional elevado, uma igualdade de gênero, pequeno índice de desemprego e ganhos maiores de produção e produtividade do ponto de vista macroeconômico. Em contrapartida, a desigualdade dificulta o crescimento econômico, cerceia a população de seus direitos básicos, tais

como o de moradia decente, emprego formal e qualidade de vida e inibe investimentos externos no país. Desta forma, o Estado deve buscar alternativas viáveis, de acordo com suas possibilidades nacionais, para que o desenvolvimento se torne não somente uma aspiração, mas algo concreto, que gere benefícios à população e, conseqüentemente, ao país.

REFERÊNCIAS

ALESTALO, Matti; HORT, Sven E.O.; KUHNLE, Stein. **The Nordic Model: Conditions, Origins, Outcomes, Lessons**. Hertie School of Governance – Working Papers N., Jun 2009

ANDERSEN, Gosta Espin-. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ANDERSEN, M. Torben; HOLMSTRÖM, Bengt; HONKAPOHJA, Seppo; KORKMAN, Sixten; SÖDERSTRÖM, Hans Tson; VARTIAINEN, Juhana. **The Nordic Model – Embracing Globalization and Sharing Risks**. The Research Institute of the Finnish Economy. Helsinki: Taloustieto Oy, 2007

ASPALTER, Christian. **Different Worlds of Welfare Capitalism: Australia, the United States, the United Kingdom, Sweden, Germany, Italy, Hong Kong and Singapore**. Discussion Paper n° 80, 2001.

DOLVIK, Jon Erik. **The Nordic Regimes of Labour Market Governance: From Crises to Success-History?** Fafos Radsprogram 2006-2008

FAGERBERG, Jan; MOWERY, David C; VERSPAGEN, Bart. **The Evolution of Norway's National Innovation System**. MPRA Paper N° 19330, 14 Dec 2009. Disponível em <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/19330/1/MPRA_paper_19330.pdf> Acesso em: 3 set 2011

FERREIRA, Assuero. **Grau de Monopólio e Distribuição de Renda: Uma Discussão de Kalecki**. Ensaios FEE, Porto Alegre, 11(1), 1990.

FIORI, José Luís. **Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises**. Textos para Discussão - n. 340. UFRJ/IEI, 1995

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos. **Polarização Mundial e Crescimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda**. In: **Uma Nova Relação entre Estado, Sociedade e Economia no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, v. 1, p. 269-292

FRIEDEN, Jeffry; MARTIN, Lisa M. **International Political Economy: Global and Domestic Interactions**. In **Political Science: The State of the Discipline**, editado por Ira Katznelson e Helen V. Milner. Nova Iorque: W.W. Norton, 2003.

GRYTTEN, Ola Honningdal. **Norwegian Policy Response to the International Economic Disintegration During the Inter-War Years**. Discussion Paper 23/02. Bergen, Norway: Norwegian School of Economics and Business Administration, 2002.

GRYTTE, Ola Honningdal. **The Economic History of Norway**. Norwegian School of Economics and Business Administration, 2010. Disponível em: <<http://eh.net/encyclopedia/article/grytten.norway>> Acesso em: 29 ago 2011.

HALVORSEN, Knut. **Unemployment and (un) employment policies in Norway. The case of an affluent but oil-dependent economy: the paradox of plenty?** Oslo University College, 2002. Disponível em: <<http://www.socsci.aau.dk/cost/unemployment/Unemployment-book/>> - 9 NORWAY - FINAL. doc. Acesso em: 04 set 2011

HAUKNES, Johan. **The Scandinavian Miracle – Economic Growth on the Scandinavian Peninsula in the 20th Century**. Nifu Step, 2006.

KUHNLE, Stein. **O Estado de Bem – Estar Social nos Países Nórdicos**. In: DELGADO, Mauricio Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (organizadores). **O Estado do Bem-Estar Social no Século XXI**. São Paulo: LTr, 2007

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego**. Brasília: IPEA, 2010

KEOHANE, Robert. **After Hegemony**. Princeton. Princeton: University Press, 1984.

MELDGAARD, Ole. **Social Policy and Economic Development in the Nordic Countries. [19--]**

MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1996

OVERBYE, Einar; VABO, Signy; WEDDE, Knut. **Rescaling Social Welfare Policies in Norway – National Report**. European Centre for Social Welfare Policy and Research: Oslo, 2006. Disponível em: <<http://www.euro.centre.org/rescalingDocuments/files/Norway.pdf>> Acesso em 11 set 2011.

PEKKARINEN, Juca. **Keynesianism and the Scandinavian Models of Economic Policy**. Wider Working Papers – WP 35, 1988

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2006.

PIPITONE, Ugo. **La salida del atraso um estudio histórico comparativo**. Fondo de Cultura Económica. México: 1995.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001

RATNER, Henrique. **Planejamento e Bem-Estar Social**. São Paulo: Perspectiva, 1979

SICSÚ, João. **Planejamento Estratégico do Desenvolvimento e as Políticas Macroeconômicas**. Texto para Discussão: 1346. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 2008.

_____. **Distribuição de Renda, Acumulação e Padrões de Industrialização – Um Ensaio Preliminar**. In: TINELLI, Arthur Carlos; TOLIPAN, Ricardo. **A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

TAVARES, Maria da Conceição; SOUZA, Paulo Renato de. **Emprego e Salários na Indústria – O Caso Brasileiro**. Economia Política, vol 1, nº 1, 1981.

_____. **Desenvolvimento e Igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares.** Org, João Sicsú, Douglas Portari. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

ANEXOS

ANEXO A - TABELA 1 - O Keynesianismo e as economias Nórdicas

Table 1 Keynesianism and the Nordic Economies: An Overview

Independent Variables of Potential Importance	Adherence to Keynesianism (incr. to the right)		
	Denmark	Norway	Sweden
<u>Economic structure</u>			
- early industrialization (in Nordic comparisons)	+	-	++
- diversified export sector	+	-	+
- steady external equilibrium	-	+	+
<u>Power structure</u>			
- strong and unified left and trade unions	-	+	++
- "cow deal" (workers-farmers coalition) in the inter-war period	+	+	+
<u>Institutional features of the states</u>			
- strong (one party) government	-	+	++
- dependent central bank	-	+	+
- bureaucracy under political control	+	+	+
<u>Economics profession</u>			
- strong domestic tradition of economics, especially	+	+	+
- domestic origins of Keynesian ideas	+	++	++

Fonte: PEKKARINEN, Juca. **Keynesianism and the Scandinavian Models of Economic Policy.** Wider Working Papers – WP 35, p. 48, 1988.

ANEXO B – TABELA 2 - Produto Interno Bruto Per Capita (1960-2010)

Converted to U.S. dollars using 2010 PPPs (2010 U.S. dollars)

Country	1960	1979	1990	1995	2000	2005	2009	2010
United States	17,368	28,845	35,612	37,829	44,081	47,296	45,854	46,844
Canada	14,436	25,501	30,040	30,925	36,153	38,955	38,323	39,104
Australia	14,893	22,388	27,150	29,376	34,101	37,760	39,137	39,497
Japan	5,938	19,004	28,848	30,445	31,586	33,457	32,424	33,612
Republic of Korea	1,510	5,423	11,781	16,373	20,225	24,601	27,562	29,184
Singapore	4,331	15,540	28,186	36,727	42,626	50,849	51,787	58,240
Austria	11,339	23,518	29,153	31,192	35,851	37,787	39,222	39,928
Belgium	11,441	22,683	28,526	30,325	34,521	36,514	36,792	37,411
Czech Republic	NA	NA	NA	18,010	19,497	23,513	25,535	26,063
Denmark	14,084	24,934	30,374	33,508	37,791	39,629	38,284	38,778
Finland	NA	19,639	26,737	25,312	31,580	35,480	35,535	36,661
France	11,062	23,109	28,004	29,135	32,596	34,045	33,853	34,168
Germany	13,003	23,778	29,444	31,618	34,698	35,622	36,635	38,021
Ireland	NA	15,151	19,870	24,173	36,453	43,479	40,184	39,664
Italy	10,320	22,503	29,315	31,158	34,176	34,703	32,723	32,997
Netherlands	13,850	24,861	29,491	31,935	37,810	39,395	41,033	41,512
Norway	14,960	29,907	38,474	44,951	52,279	56,667	56,443	55,938
Spain	NA	18,415	23,933	25,439	30,432	33,154	32,774	32,625
Sweden	13,807	23,410	28,668	28,784	34,038	38,179	37,594	39,407
United Kingdom	13,610	20,753	26,204	28,040	32,716	36,182	35,389	35,621

Fonte: Division of International Labor Comparisons; Disponível em: <http://www.bls.gov/fls/intl_gdp_capita_gdp_hour.pdf>

ANEXO C - TABELA 3 - As cinco principais áreas de especialização norueguesa, baseada na produção de bens comerciáveis e serviços - 2002

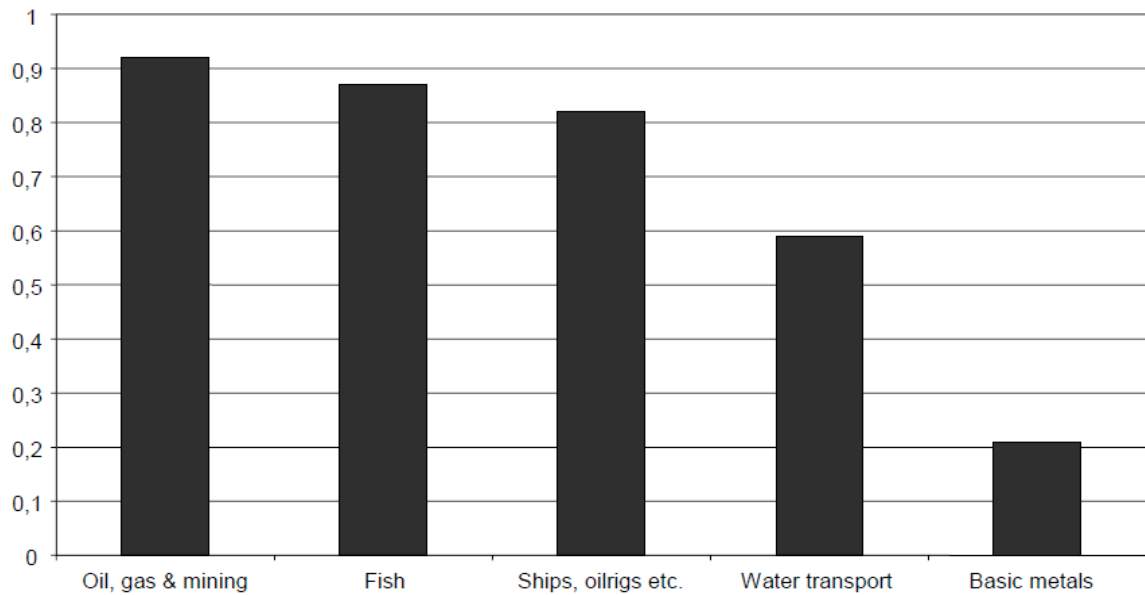


Figure 2. The five leading areas of Norwegian specialization, based on production of tradable goods and services in 2002

Source: GGDC 60 Industries Data Base <www.ggdc.net>

Fonte: **The Evolution of Norway's National Innovation System.** Disponível em < http://mpra.ub.uni-muenchen.de/19330/1/MPRA_paper_19330.pdf>

ANEXO D - TABELA 4 - A Evolução do sistema de inovação norueguês

The evolution of Norway's national innovation system

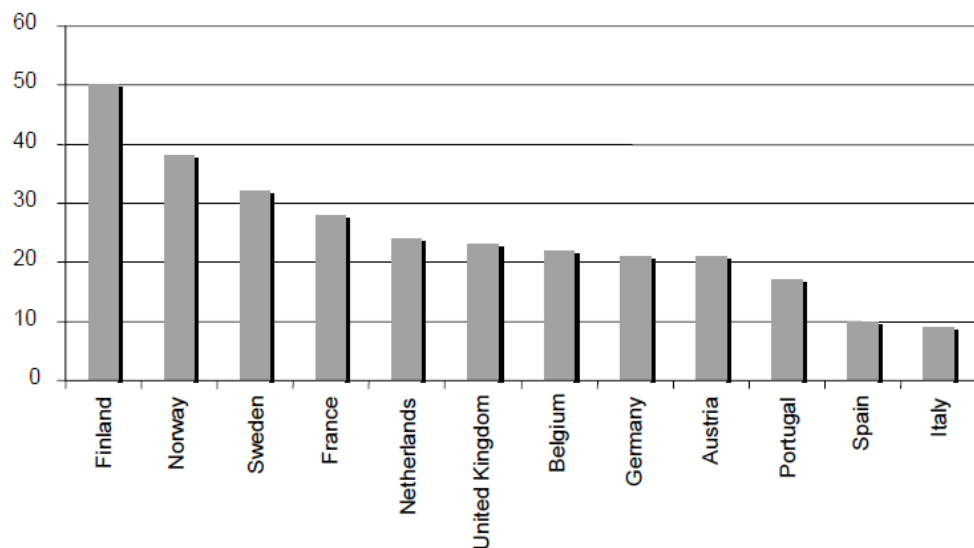


Figure 6. Share of innovative firms with cooperation arrangements on innovation activities, Norway and a reference group, 2001/2002

Source: CIS 3 (Eurostat)

Fonte: **The Evolution of Norway's National Innovation System.** Disponível em < http://mpra.ub.uni-muenchen.de/19330/1/MPRA_paper_19330.pdf>

ANEXO E - TABELA 5 - Desemprego na Noruega – (1993 – 1999)

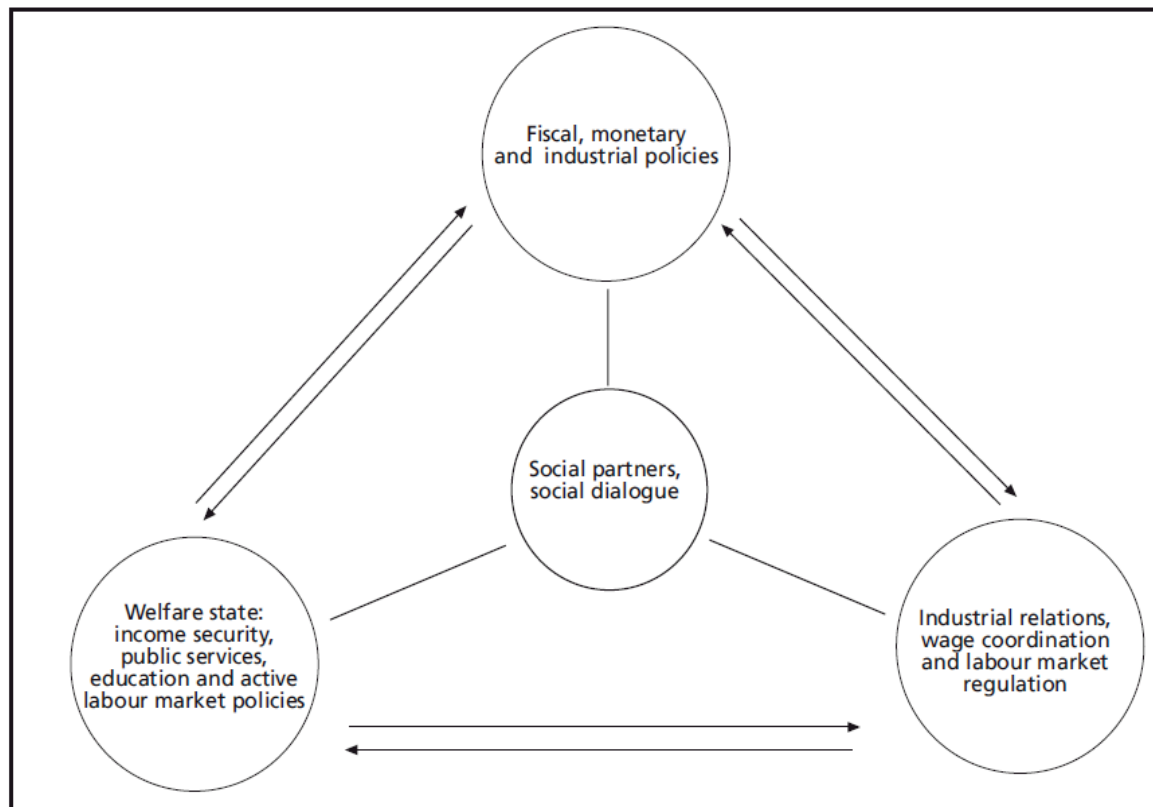
<i>Gross unemployment 1993-1999 (persons)</i>								
	1993	1994	1995	1996	1997	1999	2000	2001
Labour market programs	57,260	53,174	42,145	34,765	23,024	8,000	11,000	10,000
Disabled in vocational rehabilitation	14,700	16,826	18,614	19,821	19,510	20,400	22,000	24,000
Unemployed	118,146	110,280	102,154	90,938	73,525	60,000	63,000	63,000
Total:	190,106	180,280	162,913	145,524	116,059	88,400	96,000	98,000

Source: The Directorate of labour, St.pr.nr. 1 (2001-2002) Arbeids og administrasjonsdepartementet.

Fonte: Unemployment and (un) employment policies in Norway. The case of an affluent but oil-dependent economy: the paradox of plenty? Disponível em:

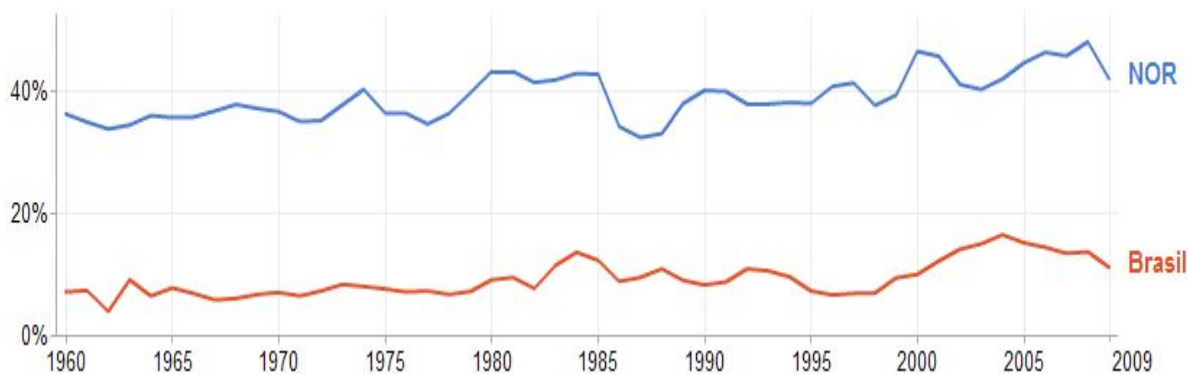
<<http://www.socsci.aau.dk/cost/unemployment/Unemployment-book/>>

ANEXO F - TABELA 6 – Os Pilares do Estado Norueguês



Fonte: DOLVIK, Jon Erik. *The Nordic Regimes of Labour Market Governance: From Crises to Success-History?* p. 12. Fafos Radsprogram 2006-2008

ANEXO G - TABELA 7 - Exportações como porcentagem do Produto Interno Bruto – comparação Noruega x Brasil (1960 – 2009)



Fonte: Banco Mundial – Indicadores do Desenvolvimento Mundial – Disponível em: http://www.google.com.br/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9_&met_y=ny_gdp_mktp_cd&idim=country:NOR&dl=pt-BR&hl=pt-BR&q=pib+noruega#ctype=1&strail=false&bcs=d&nselm=h&met_y=ne_exp_gnfs_zs&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=country&idim=country:NOR:BRA&ifdim=country&hl=pt_BR&dl=pt_BR

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – campus de Franca

² O Keynesianismo é o conjunto de ideias propostas pelo economista John Maynard Keynes, que propunham a intervenção estatal na economia com o intuito de se atingir o pleno emprego

³ Há duas formas de estrangulamento externo, uma relacionada às contrações do comércio internacional relativas aos produtos primários (caráter absoluto); e outra ligada às tendências das exportações em longo prazo desses produtos (caráter relativo) (TAVARES, 2010).